



**REALIZAMOS PROJETOS DE VIDA**



**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO de 2021**

---

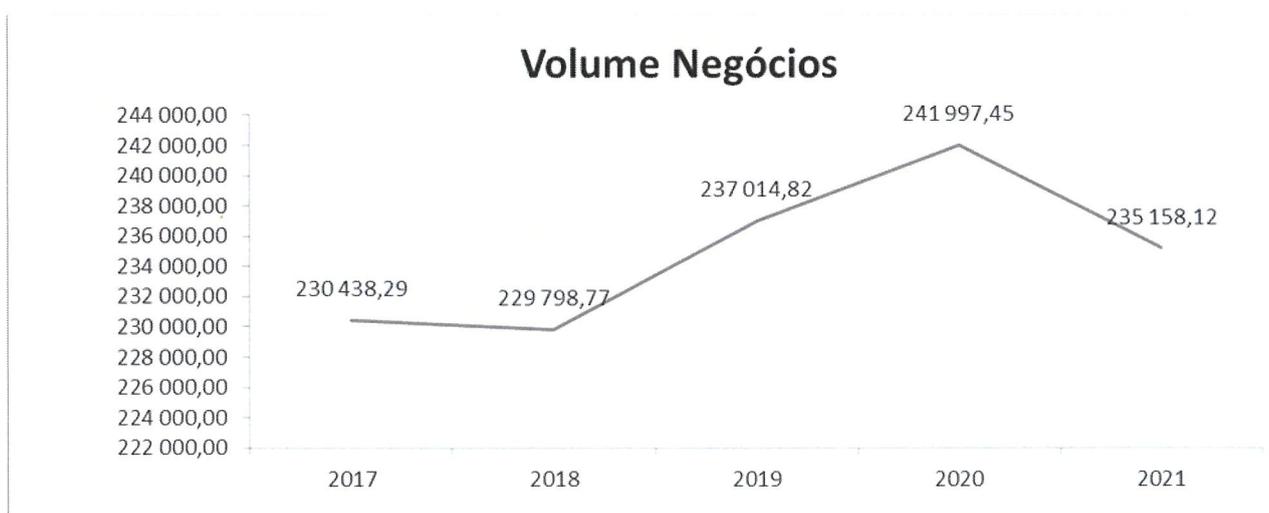
## RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2021

A Direção do CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos, no cumprimento das disposições aplicáveis, submete à vossa apreciação o relatório de gestão referente ao exercício de 2021.

O CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua do Lar nº2, em São Pedro de Sarracenos e tem como resposta social a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade máxima de trinta e cinco utentes, uma vez que os quartos individuais podem ser usados como quartos de casal.

### 1. Evolução da atividade da Instituição

A atividade da instituição teve uma evolução desfavorável no exercício de 2021, decrescendo 2,83% relativamente ao exercício anterior. Tal deveu-se, essencialmente ao recalculo das mensalidades, devido ao ajuste dos acordos de cooperação.

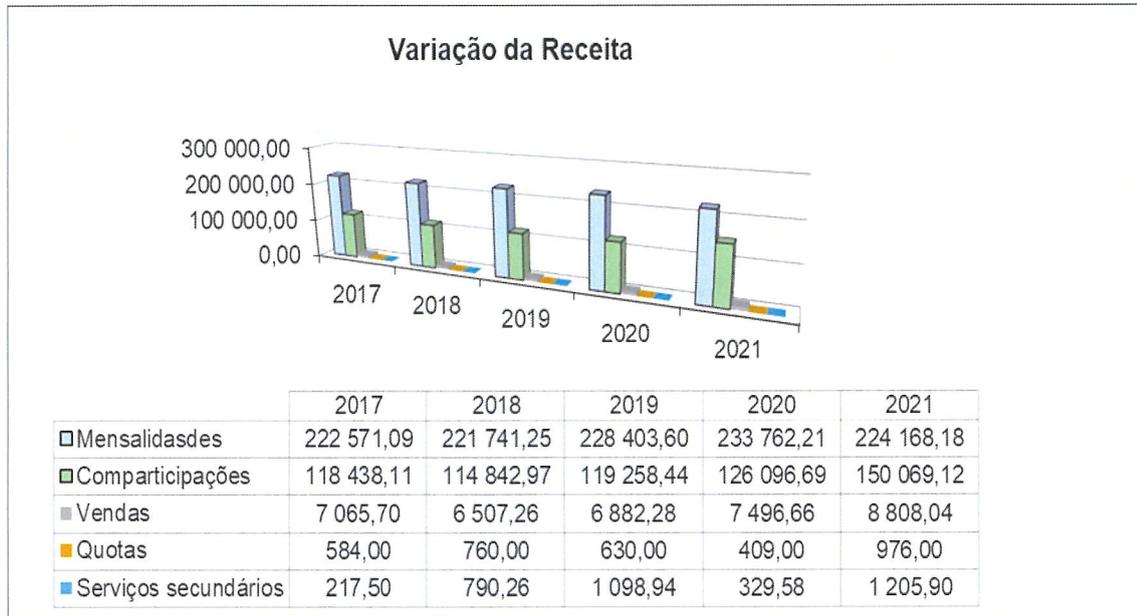


### 1.1 Evolução da Receita

Como se pode observar no gráfico seguinte, a evolução da receita este ano foi positiva, exceção feita às mensalidades, que registaram uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 4,10%. No que concerne às participações da Segurança Social, verificamos que o seu valor registou também uma variação positiva, de 19,01%, tendo em conta que foram atribuídos mais 4 acordos de cooperação desde o mês de Abril de 2021, tendo as mensalidades sido recalculadas.

As vendas registaram um aumento de 17,49%, os serviços secundários registaram um aumento de 265,89% e as quotizações registaram um aumento de 138,63%.

## RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2021



## 2. Investimento

O investimento realizado no período ascendeu a 93.714,82 €, tendo 92.611,45 € sido utilizados na aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais 3.842,35 € foram para melhorias do edifício, 23.285,70 € para a criação de um parque geriátrico, 5.189,72 € em equipamentos para o parque geriátrico, 40.447,49 € em mobiliário para atividades físicas, 1.028,53 € em equipamento para atividades físicas, 17.319,52 € em duas caldeiras a gás, 541,20 € num tablet e 956,94 € num computador. O remanescente foi aplicado em outros ativos financeiros, uma vez que, pelo facto de terem sido admitidos funcionários na instituição, e cumprindo com a legislação laboral em vigor, a empresa tem que fazer entregas mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho, e que são considerados como um ativo financeiro, tendo estas ascendido a 1.103,37 €. Por outro lado, com a cessação dos contratos, e pagamento dos direitos aos funcionários, o montante das entregas feitas relativas a esses funcionários são devolvidas, tendo esse montante ascendido a 469,56 €.

## 3. Custos, Resultados e Rentabilidade

### 3.1 Custos

No que concerne aos custos do exercício verificou-se um ligeiro aumento das rubricas de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. No que concerne aos custos com pessoal verificamos que estes registaram um aumento significativo relativamente ao exercício anterior, explicado pelo aumento dos salários, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional. No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma diminuição, para valores semelhantes a 2019, o que indica que regressaram à normalidade após os picos iniciais da COVID.

## RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2021

### 3.2 Resultados

Os resultados da Instituição no de exercício 2021 registaram uma variação bastante positiva, de 1555,29%. É de salientar que esta situação advém, essencialmente, do aumento dos subsídios e da diminuição das despesas, que hoje podemos considerar extraordinárias e que em 2020 se tiveram que incorrer em função da pandemia COVID.



### 3.3 Situação Económico Financeira

De entre os rácios a seguir discriminados, importa fazer referência ao *cash-flow*, que revela os fundos libertos gerados pela instituição, e que corresponde ao resultado líquido, acrescido das amortizações que, por não representarem movimentos efetivos de fundos, têm que ser acrescentadas ao resultado. Este registou um aumento de 72,50% relativamente ao exercício anterior, em função do exposto nos pontos anteriores.

Seguidamente passamos à análise da rentabilidade, quer das vendas quer do ativo quer do capital próprio, cujos valores apresentados são, nos três casos, positivos e registaram todas uma variação positiva, em função do aumento do resultado líquido do período.

Analisamos agora dois indicadores diretamente ligados às necessidades de tesouraria da instituição, que são o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento. Relativamente ao prazo médio de recebimento, registou-se um decréscimo de 2,17 dias relativamente ao exercício anterior. Quanto ao prazo médio de pagamento, este registou uma diminuição de 11,87 dias. Estas variações são negativas, uma vez que diminuem a margem de manobra da empresa em relação às necessidades de financiamento, pois, como o prazo médio de pagamento é superior ao prazo médio de recebimento, isto traduz-se numa necessidade de financiamento para a instituição. Ainda assim, e dada a estrutura da entidade, este facto não é muito relevante.

Analisando o rácio da autonomia financeira, que representa a proporção dos ativos que são financiados através de capital próprio, verificamos que registou um aumento, de 1,69%, justificado pelo facto de o valor do capital próprio ter registado um aumento superior ao do ativo. O valor apresentado, 88,29%, é bastante positivo e revela pouca dependência da instituição face a terceiros.

No que respeita à Solvabilidade da instituição, que representa a proporção dos passivos cobertos através de capital próprio, verificamos que houve também um acréscimo, de 1,08, relativamente ao

## RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2021

exercício anterior, em virtude de o valor do capital próprio ter aumentado enquanto que o valor do passivo diminuiu. O valor apresentado, 7,54, é extremamente positivo e reflete um baixo risco para os credores da instituição, uma vez que os capitais próprios são suficientes para fazer face aos compromissos assumidos, restando ainda uma boa margem de segurança.

Por último, fazemos referência à Liquidez Geral da instituição, que mede a capacidade desta em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, e que registou um acréscimo, de 0,18, relativamente ao exercício anterior, uma vez que o valor do ativo corrente aumentou ao passo que o valor do passivo corrente diminuiu. O valor apresentado, 3,99, é extremamente positivo e revela que a instituição não tem qualquer problema em cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos.

Indicadores	2018	2019	2020	2021
Nº de Trabalhadores	15	15	16	16
Volume de negócios	229 798,77 €	237 014,82 €	241 997,45 €	235 158,12 €
Ativo	510 052,60 €	518 556,41 €	530 638,37 €	587 389,20 €
Ativo Corrente	218 087,62 €	233 593,19 €	270 778,04 €	274 700,17 €
Resultado Líquido do Exercício	24 690,28 €	21 029,41 €	771,03 €	12 762,75 €
Capital Próprio	458 123,22 €	468 189,17 €	459 516,48 €	518 628,13 €
Passivo Corrente	51 929,38 €	50 367,24 €	71 121,89 €	68 761,07 €
Passivo	51 929,38 €	50 367,24 €	71 121,89 €	68 761,07 €
Cash-Flow	57 711,70 €	53 399,82 €	30 828,03 €	53 179,31 €
Rentabilidade das Vendas	10,74%	8,87%	0,32%	5,43%
Rentabilidade do Ativo	4,84%	4,06%	0,15%	2,17%
Rentabilidade do Capital Próprio	5,39%	4,49%	0,17%	2,46%
Prazo Médio de Recebimento de Clientes	17,30	19,19	24,74	26,91
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	16,85	7,27	28,72	16,85
Autonomia Financeira	89,82%	90,29%	86,60%	88,29%
Solvabilidade	8,82	9,30	6,46	7,54
Liquidez Geral	4,20	4,64	3,81	3,99

#### 4. Pessoal

O quadro de pessoal da instituição é composto por 16 trabalhadores, encontrando-se repartido por áreas específicas, devidamente hierarquizadas, o que possibilita orientar em moldes convenientes a atividade da instituição, bem como proporcionar estabilidade na concretização dos objectivos que a instituição se propôs implementar.

Com a reorganização do serviço e tendo em conta a melhoria contínua, foi criado o posto de trabalho de encarregada de serviços gerais.



## RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2021

### 5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A situação da empresa perante o Estado e a Segurança Social encontra-se totalmente regularizada.

### 6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No início do ano de 2022 deflagrou uma guerra na Europa, com a invasão da Rússia à Ucrânia, cujos efeitos são ainda imprevisíveis a longo prazo. No imediato, este acontecimento originou um aumento dos preços da energia e dos combustíveis, além de que se prevê que a inflação irá ser elevada. No entanto, não é possível, para já, prever, o impacto desta guerra na atividade da empresa.

### 7. Evolução previsível da atividade

Atendendo à especificidade desta atividade será sempre difícil prever a sua evolução, ainda assim perspectivamos que a atividade se mantenha.

### 8. Proposta para aplicação dos resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, que ascendeu a 12.762,75 €, seja aplicado:

- Na sua totalidade, em Resultados Transitados.

### 9. Considerações Finais

A finalizar este relatório, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades colectivas e indivíduos que conosco têm colaborado.

Agradecemos o zelo e o empenho dos nossos colaboradores na prossecução das tarefas que lhes foram confiadas, denotando mais uma vez uma dedicação exemplar ao Centro Social.

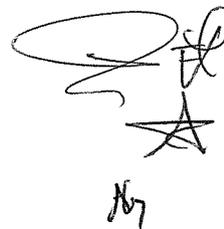
São Pedro de Sarracenos, 17 de Março de 2022.

## A DIRECÇÃO DO CSSPS

Armando Manuel - Cruz Ribeiro

Ulisses Manuel Fernandes Filgueiras

Alissandrea Ilaneta Anes

Handwritten signature and initials in the top right corner, including a large stylized signature, a star-like symbol, and the number '167' below it.

# **CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2021**



## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Outras Políticas Contabilísticas .....	5
3.3	Principais fontes de incertezas das estimativas .....	10
3.4	Alterações nas Políticas Contabilísticas.....	10
3.5	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos .....	11
3.6	Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores.....	11
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis.....	12
6	Inventários.....	13
7	Rendimentos e Gastos .....	14
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	14
9	Instrumentos Financeiros .....	15
9.1	Ativos e passivos financeiros:.....	15
9.2	Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade .....	15
10	Benefícios dos empregados .....	15
11	Acontecimentos após a data do Balanço .....	16
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
13	Outras Informações .....	16
13.1	Investimentos Financeiros .....	17
13.2	Caixa e Depósitos Bancários .....	17
13.3	Fundos Patrimoniais .....	17
13.4	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
13.5	Fornecimentos e serviços externos.....	18
13.6	Outros rendimentos.....	18
13.7	Outros gastos.....	18
13.8	Resultados Financeiros .....	19

## 1 Identificação da Entidade

A "CSSPS - Centro Social São Pedro Sarracenos" é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua do Lar, nº 2. Tem como principal atividade o Apoio Social para Idosos, com alojamento.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulada pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.;
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;
- "Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;
- Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015.;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual.;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;
- Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

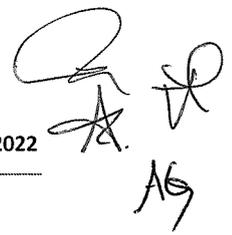
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

#### 3.1.1 Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'AG'.

### 3.1.2 Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

### 3.1.3 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

### 3.1.4 Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



16

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2 Outras Políticas Contabilísticas

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 – 50 anos
Equipamento básico	10 – 15 anos
Equipamento de transporte	3 – 5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3- 10 anos

16

Outros Activos fixos tangíveis	3 – 10 anos
--------------------------------	-------------

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

### 3.2.3 Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

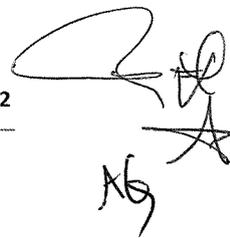
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os Instrumentos Financeiros, com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;



- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

16

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5 Reconhecimento do Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

#### **3.2.6 Subsídios**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



Handwritten signature and initials, including the letters 'AG'.

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.9 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

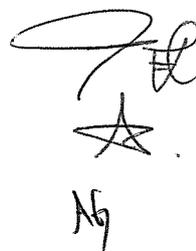
O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

### 3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 3.4 Alterações nas Políticas Contabilísticas



### 3.4.1 Aplicação Inicial da Disposição da NCRF-ESNL com Efeitos no Período Corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

### 3.4.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### 3.5 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

### 3.6 Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	440 195,60	3 448,40				443 644,00
Equipamento básico	118 090,44					118 090,44
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	30 332,25	578,10				30 910,35
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
<b>Total</b>	<b>677 673,89</b>	<b>4 026,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>681 700,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	167 697,91	26 858,20				194 556,11
Equipamento básico	117 348,24	371,16				117 719,40
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	22 246,48	2 007,65				24 254,13
Equipamento administrativo	0,00					0,00

16

Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
<b>Total</b>	<b>396 348,23</b>	<b>29 237,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425 585,24</b>

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	443 644,00	27 128,05				470 772,05
Equipamento básico	118 090,44	63 985,26				182 075,70
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	30 910,35	1 498,14				32 408,49
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
<b>Total</b>	<b>681 700,39</b>	<b>92 611,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>774 311,84</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	194 556,11	29 571,01				224 127,12
Equipamento básico	117 719,40	7 518,51				125 237,91
Equipamento de transporte	52 748,00					52 748,00
Equipamento biológico	24 254,13	2 507,02				26 761,15
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36 307,60					36 307,60
<b>Total</b>	<b>425 585,24</b>	<b>39 596,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>465 181,78</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	7 995,00					7 995,00
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00

Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
<b>Total</b>	<b>12 552,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 552,15</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 354,99	819,99				7 174,98
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
<b>Total</b>	<b>21 570,09</b>	<b>819,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22 390,08</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	7 995,00					7 995,00
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
<b>Total</b>	<b>23 210,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23 210,10</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	7 174,98	820,02				7 995,00
Programas de Computador	4 557,15					4 557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10 657,95					10 657,95
<b>Total</b>	<b>22 390,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23 210,10</b>

## 6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	286,81	6 235,37	0,00	351,29	7 145,96	0,00	549,55
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	490,80	34 215,07	0,00	1 198,90	34 938,08	0,00	2 104,16
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

<b>Total</b>	<b>777,61</b>	<b>40 450,44</b>	<b>0,00</b>	<b>1 550,19</b>	<b>42 084,04</b>	<b>0,00</b>	<b>2 653,71</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				39 516,17			40 753,10
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 7 Rendimentos e Gastos

A instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
- Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	8 808,04	7 496,66
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	224 168,18	233 762,21
Quotas e jóias	976,00	409,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	76,37	114,45
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>234 028,59</b>	<b>241 782,32</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios do Governo</b>		
I.E.F.P.	0,00	0,00
<b>Apoios do Governo</b>		
I.S.S., IP – Centro Distrital	150 069,12	134 096,69
IAPMEI	169,00	0,00
Município de Bragança	0,00	1 600,00
<b>Total</b>	<b>150 238,12</b>	<b>135 696,69</b>

## 9 Instrumentos Financeiros

### 9.1 Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

### 9.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2021 e a 31-12-2020, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

Descrição	2021	2020
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>76 057,67</b>	<b>32 402,96</b>
Utentes	11 524,36	23 635,95
Outros Ativos Correntes	65 528,67	8 767,01
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>20 169,18</b>	<b>28 793,24</b>
Fornecedores	4 496,07	9 056,43
Outros Passivos Correntes	14 313,86	19 736,81

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foi de 3.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e 31/12/2020 foi de 16.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
-----------	------	------

A4

Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	207 963,03	193 766,47
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	197,87	1 902,82
Encargos sobre as Remunerações	46 658,54	43 535,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 933,23	2 870,37
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>257 752,67</b>	<b>242 075,49</b>

## 11 Acontecimentos após a data do Balanço

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos foram reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras daquele exercício, a Pandemia teve, ao longo de 2021, um subsequente e severo agravamento que ultrapassou o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020. Contudo, com a disseminação da vacinação, o impacto negativo desta pandemia acabou por ser menor, e estar praticamente contido, pese embora ainda activo.

Ainda assim, este surto não terá qualquer impacto na actividade da empresa.

De referir também que, no início do ano de 2022 deflagrou uma guerra na europa, com a invasão da Rússia à Ucrânia, cujos efeitos são ainda imprevisíveis a longo prazo. No imediato, este acontecimento originou um aumento dos preços da energia e dos combustíveis, além de que se prevê que a inflação irá ser elevada.

No entanto, não é possível, para já prever, o impacto desta guerra na actividade da empresa.

Apesar destas contingências, a sua continuidade não está posta em causa.

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>3 558,97</b>	<b>2 925,16</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>3 558,97</b>	<b>2 925,16</b>

### 13.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	40,82	20,97
Depósitos à ordem	85 810,03	70 803,06
Depósitos a prazo	150 507,59	150 393,14
Outros		
<b>Total</b>	<b>236 358,44</b>	<b>221 217,17</b>

### 13.3 Fundos Patrimoniais

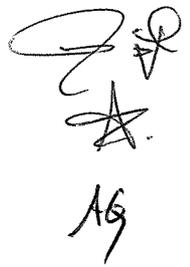
Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 948,43	0,00	0,00	86 948,43
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	89 505,50	0,00	0,00	89 505,50
Resultados transitados	178 410,60	771,03	0,00	179 181,63
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	103 880,92	46 348,90	0,00	150 229,82
<b>Total</b>	<b>458 745,45</b>	<b>47 119,93</b>	<b>0,00</b>	<b>505 865,38</b>

### 13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	328,89	53,72
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	190,93	106,49
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	6 534,52	6 421,64
Outros Impostos e Taxas	102,50	88,87
<b>Total</b>	<b>7 156,84</b>	<b>6 670,72</b>

### 13.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	19 216,83	19 758,56
Materiais	2 919,35	17 747,45
Energia e fluidos	26 112,55	28 624,43
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	7 291,19	8 689,29
<b>Total</b>	<b>55 539,92</b>	<b>74 819,73</b>

### 13.6 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Rendimentos Suplementares	1 519,27	361,34
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,41	0,01
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 037,46	536,62
Outros rendimentos	19 860,88	9 443,72
<b>Total</b>	<b>22 418,02</b>	<b>10 341,69</b>

### 13.7 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Impostos	146,26	194,26
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	216,25	804,00
<b>Total</b>	<b>362,51</b>	<b>998,26</b>

### 13.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	32,88
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>32,88</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	76,37	114,45
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>76,37</b>	<b>114,45</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>76,37</b>	<b>81,57</b>

São Pedro de Sarracenos, 31 de dezembro de 2021

A Direcção  
*Manuel Manuel da Cruz Ribeiro*  
*Vista Manuel Fernandes Felgueiras*  
*Alessandra Manuela Dias*

O Contabilista Certificado

*Aristides Morais Gomes*

Entidade: CSSPS - CENTRO SOCIAL DE S.PEDRO DE SERRACENOS  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO em Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2021	Dezembro 2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		245 614,87	232 400,05
Pagamentos a fornecedores		98 441,24	112 556,35
Pagamentos ao pessoal		249 716,72	238 156,48
	Caixa gerada pelas operações	(102 543,09)	(118 312,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 753,66	365,95
Outros recebimentos/pagamentos		86 754,27	133 975,62
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(13 035,16)	16 028,79
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		93 740,33	578,10
Activos intangíveis		608,04	927,61
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		1 037,46	536,62
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		63 281,55	
Juros e rendimentos similares		76,37	114,45
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(29 952,99)	(854,64)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			32,88
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(32,88)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		(42 988,15)	15 141,27
Caixa e seus equivalentes no início do período		236 358,44	221 217,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		193 370,29	236 358,44

O Contabilista Certificado

NIF/ Matricula  
513 104 143

A Direcção

*Arbido Moisés Gomes*

CSSPS - Centro Social São Pedro Serracenos  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 513104143

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		235.158,12	241.997,45
Subsídios, doações e legados à exploração		150.238,12	135.870,69
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		40.753,10	39.516,17
Fornecimentos e serviços externos		55.539,92	74.819,73
Gastos com o pessoal		257.752,67	242.075,49
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-25,77	0,00
Outros rendimentos		22.418,02	10.341,69
Outros gastos		362,51	998,26
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>53.431,83</b>	<b>30.800,18</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		40.416,56	30.057,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>13.015,27</b>	<b>743,18</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		76,37	114,45
Juros e gastos similares suportados		0,00	32,88
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>13.091,64</b>	<b>824,75</b>
		328,89	53,72
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>12.762,75</b>	<b>771,03</b>

A Direcção

Contabilista Certificado

*Alissandra Manuel da Cruz Mendes*  
 Vítor Manuel Fernandes Felgueiras  
 Alissandra Manuela Aires

*Azúlides Moraes Gomes*

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Aativos fixos tangíveis		309 130,06	256 115,15
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	820,02
Investimentos financeiros		3 558,97	2 925,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>312 689,03</b>	<b>259 860,33</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		2 653,71	1 550,19
Créditos a receber		11 524,36	23 635,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assosoiados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		441,38	466,45
Outros activos correntes		66 710,43	8 767,01
Caixa e depósitos bancários		193 370,29	236 358,44
		<b>274 700,17</b>	<b>270 778,04</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>587 389,20</b>	<b>530 638,37</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		86 948,43	86 948,43
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		89 505,50	89 505,50
Resultados transitados		179 181,63	178 410,60
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		150 229,82	103 880,92
		<b>505 865,38</b>	<b>458 745,45</b>
Resultado líquido do período		12 762,75	771,03
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>518 628,13</b>	<b>459 516,48</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		4 496,07	9 056,43
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		9 127,34	9 624,53
Outros passivos correntes		55 137,66	52 440,93
		<b>68 761,07</b>	<b>71 121,89</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>68 761,07</b>	<b>71 121,89</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>587 389,20</b>	<b>530 638,37</b>

A Direcção  
  
 Victor Manuel Fernandes Felgueiras  
 Alissandra Manuela Ares

Contabilista Certificado  
  
 Aristides Moisés Gomes